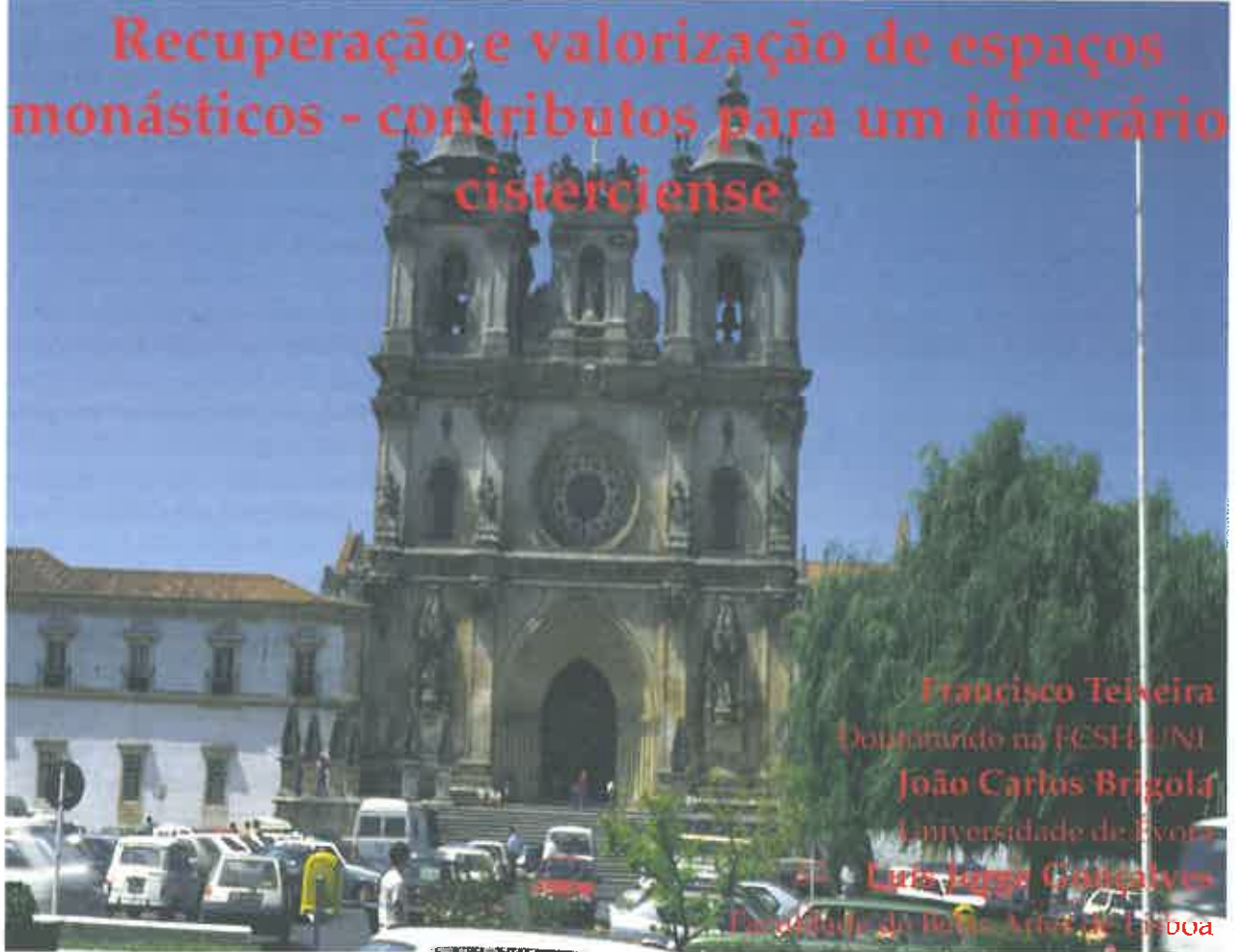


A photograph of a waterfall cascading over a mossy stone wall in a forest. The water is clear and falls in a single stream. The surrounding area is lush with green foliage and trees, creating a serene and natural setting.

Patrimonia

Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural
Revista quadrimestral - Nº 4 - Junho de 1989

As cercas conventuais e a organização do espaço



I

No momento em que se comemoram os 900 anos da fundação da Ordem de Cister, é objectivo dos autores identificar o património edificado por aquela instituição religiosa em Portugal, fazendo-se referência, nomeadamente, às medidas legais de classificação e protecção, ao estado de conservação, ao uso e funcionalidade dos espaços, e à existência de projectos de recuperação e valorização. Através deste artigo, pretende-se sistematizar alguma informação de carácter histórico, artístico e patrimonial - normalmente dispersa, ou de difícil acesso - sobre os edifícios que à data da sua extinção pertenciam à Ordem de Cister.

O património da Ordem de Cister criou raízes em todo o território nacional ao longo de quase setecentos anos (1144 - 1834), sendo constituído por espaços monásticos, propriedades rústicas e respectivas infra-estruturas produtivas, objectos artísticos ao nível das artes plásticas e alfaias litúrgicas ou produções literárias, históricas e documentais. É um vasto património hoje tutelado por diversas

instituições públicas e privadas, encontrando-se disperso o seu espólio por inúmeros museus, bibliotecas e arquivos. Pode ser, nos nossos dias, valorizado através da produção de roteiros para um itinerário cisterciense - tomando como base os estudos dos diversos campos da história - mas poderia igualmente contemplar o retorno de alguns edifícios à sua função eclesiástica original, tal como o vemos ser feito com sucesso noutros países europeus.

II

Foi a 28 de Maio de 1834 que o Ministro da Justiça do governo liberal, Joaquim António de Aguiar, assinou o decreto que determinava a total e imediata extinção de conventos, mosteiros, colégios, hospícios e de todas as casas religiosas e ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra, do sexo masculino.

Esta medida foi acompanhada da nacionalização dos bens das ordens religiosas, ou seja, o governo liberal passou a considerar todos os bens imóveis e móveis, propriedades rurais ou urbanas como es-

tando integradas nos "Bens Nacionais". Este conceito fora aplicado pela primeira vez a 25 de Abril de 1821 aos Bens da Coroa, entre outros, sendo em 1834 alargado aos bens acumulados desde a Idade Média pelas congregações religiosas; bens que o regime liberal confiscou a favor do Estado, promovendo depois a sua venda, em hasta pública, a particulares.

A legislação anti-congreganista visava, na perspectiva liberal, retirar às instituições religiosas grande parte do poder económico que detinham, bem como diminuir a sua influência política face ao Estado. Desde finais do século XVIII que o Clero tinha vindo a perder influência na sociedade, encontrando-se parte das casas religiosas num estado de decadência que seria acentuado com as invasões francesas e a guerra civil. Contudo, à data da extinção ainda detinham uma parte substancial da propriedade fundiária do país, repartida por 380 conventos, mosteiros, colégios e hospícios masculinos e 132 femininos (em 1820 existiam 402 masculinos e 130 femininos). A sua extinção parece ter sido bem aceite pela generalidade da sociedade portuguesa, incluindo parte do clero secular. Desde logo, permitiu a libertação da propriedade imóvel, mas também a dispersão e perda de uma parte substancial do património histórico-artístico nacional.

A extinção das congregações masculinas implicou a passagem imediata para a posse do Estado dos imóveis com toda a propriedade rústica e urbana e colecções artísticas, litúrgicas e culturais. Os religiosos que tinham de abandonar os seus espaços monásticos ficavam dependentes de uma pensão a atribuir pelo Estado. Quanto às congregações femininas só seriam extintas à morte da última religiosa.

III

A Ordem de Cister, fundada em 1098 por Robert de Molesmes, em Cister, na Borgonha, construiu possivelmente a primeira Casa em território português em Tarouca (1144). Os cistercienses, que desde 1115 contavam entre os seus abades com Bernardo de Claraval - ainda com ligações familiares ao primeiro rei português - foram um instrumento de colonização, povoamento e desenvolvimento agrícola de vastas parcelas do início da nacionalidade, e constituíram igualmente um decisivo apoio junto do Papa Alexandre III com vista ao reconhecimento da independência portuguesa (*Bula Manifestis Probatum*, 1179).

Pelo papel desempenhado na colonização do Reino em formação e pelo apoio que Claraval pres-

tou na frente diplomática, a Ordem de Cister receberia algumas das melhores terras agrícolas, com maior incidência no vale do Alto Cávado, na Beira Litoral e na Estremadura. Por outro lado, no início da sua fixação, foi fomentada a passagem de alguns mosteiros da Ordem Beneditina para a Ordem de Cister, como foram os casos de Santa Maria do Bouro e de Santa Maria de Pitões das Júnias. Por vezes, a implantação da Ordem surgia associada aos Caminhos de Santiago: Santa Maria de Fiães, Ermelo, Santa Maria do Bouro, Santa Maria de Pitões das Júnias e Santa Maria de Aguiar.

Se D. Afonso Henriques proporcionou todas as condições para a instalação da Ordem em Portugal esta, por seu lado, ergueu em Alcobaça uma das suas maiores construções arquitectónicas. O favoritismo real continuou, quer com D. Sancho I, quer com D. Afonso II. Este último transformaria, aliás, o Mosteiro em Panteão, cujos marcos maiores viriam a ser os túmulos de D. Pedro e de D. Inês de Castro.

Em 1567 foi criada a Congregação Portuguesa, com total autonomia, daqui resultando um novo dinamismo da instituição cisterciense. No séc. XVIII, contudo, a Ordem encontra-se decadente, situação que as Invasões Francesas e as Guerras Liberais viriam apenas sublinhar.



Mosteiro de Santa Maria de Fiães



Em 1834, no momento da legislação anti-congreganista, Cister contava com 16 mosteiros masculinos, 13 femininos e 1 colégio. O destino deste património incorporado nos “Bens Nacionais” é tema que está longe de esgotado nos estudos histórico-patrimoniais.

IV

É a situação e o estado actual do Património Arquitectónico que pertenceu à Ordem de Cister que pretendemos caracterizar tendo em conta a seguinte grelha de análise: identificação e localização do Mosteiro; ocupação masculina ou feminina; data da fundação; estado de conservação; protecção e classificação legais; usos e funções actuais; projectos de salvaguarda, recuperação, e valorização.

1. Mosteiro de Santa Maria de Fiães. Masculino. Concelho de Melgaço, Distrito de Viana do Castelo. Embora a época de fundação deste mosteiro seja controversa, uma vez que algumas fontes apontam para finais do séc. IX, não restam dúvidas que em 1157 estava subordinado à Ordem de S. Bento. Em 1194 parece já estar incorporado na Ordem de Cister, assim se mantendo até 1834. Neste ano, a parte monástica do edifício foi vendida e demolida para aproveitamento da cantaria. Somente restam a Igreja, transformada em Igreja Paroquial, e escassos vestígios do mosteiro. Possui estrutura românica, com elementos góticos e sofreu alterações no séc. XVII. A fachada, com portal ogival de múltiplas arquivoltas, apresenta dois contrafortes salientes. Na parte central, sobre a porta, encontram-se três nichos encimados por janelas rectangulares. De realçar as tampas tumulares ainda existentes.

Acesso: Para uma visita a este monumento, solicitar a chave da igreja no café/mercearia que se encontra próximo.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto de 16-6-1910; Decreto n.º 129/77, de 29-9. A classificação abrange todos os elementos que restam do antigo mosteiro.

2. Mosteiro de Santa Maria de Ermelo. Masculino. Concelho de Arcos de Valdevez, Distrito de Viana do Castelo. Fundado no séc. XII por D. Teresa, como mosteiro beneditino, passou no séc. XIII para a Ordem de Cister. Em meados do séc. XVIII, já se encontrava relativamente abandonado e o edifício em avançado estado de degradação, pelo que a decretada extinção de 1834 teve pouco impacto. São de salientar os elementos românicos ainda existentes:

capitéis decorados com elementos fitomórficos, cachorrada, festa com colunelos e rosácea lavrada. São visíveis estruturas das naves desaparecidas.


Acesso: Apenas pedonal por caminhos escarpados entre quintais com laranjais, a partir da estrada municipal.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto n.º 129/77, de 29-9. A classificação refere-se ao que resta da Igreja.



Ermelo: Fachada lateral da igreja e parte da estrutura conventual

3. Mosteiro de Santa Maria do Bouro. Masculino. Concelho de Amares. Distrito de Braga. As origens deste mosteiro parecem remontar a um grupo de eremitas que aí se estabeleceu desde os séculos VII ou IX. O eremitério, que fora abandonado, já estava retomado em 1162, conforme o atesta um documento da chancelaria de D. Afonso Henriques. Em 1195, transita dos Beneditinos para os Cistercienses, transformando-se na Casa mais importante desta Ordem, na região do Minho. Em 1834, o mosteiro foi vendido, sendo os seus bens dispersos e o edifício abandonado. Em 1853 o órgão foi transferido para a Igreja do Bom Jesus de Braga e passou para a propriedade da família Pais de Aguiar. A igreja foi transformada em Igreja Paroquial. A fachada é dominada pelas cinco esculturas que representam os quatro evangelistas e



1834 o mosteiro foi suprimido, vendido e abandonado pelos diferentes proprietários, encontrando-se hoje em ruínas.

Acesso: Fornos de Maceira Dão, a 5 Km a Oeste de Mangualde.

11. Mosteiro de Santa Maria de Aguiar de Ribacôa. Masculino. Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Distrito da Guarda. A origem deste mosteiro é controversa por se situar numa região disputada entre Portugal e Leão ao longo dos séculos XII e XIII. A tese defendida por Rui de Azevedo é que o Mosteiro de Santa Maria das Águias foi autorizado durante a década de setenta do séc. XII por D. Afonso Henriques, mas com a perda daquele território pela coroa portuguesa, o mosteiro esteve na posse do reino leonês até 1296. O mais ilustre cronista cisterciense e iniciador da Monarquia Lusitana, Frei Bernardes de Brito, foi neste mosteiro que integrou a Ordem de Cister. Em 1834 o mosteiro foi vendido. O edifício, com excepção da igreja, encontra-se hoje em ruína e na posse de privados. Na igreja houve obras de restauro, mantendo esta estrutura nos nossos dias toda a imponência e pureza arquitectural cisterciense: três naves, sala do capítulo e dormitórios. Em Setembro de 1997 tiveram aí lugar as comemorações dos 700 anos do Tratado de Alcanizes (que fixou as fronteiras entre Portugal e Leão e Castela até aos nossos dias).

Acesso: Na estrada Castelo Rodrigo-Figueira de Castelo Rodrigo, na direcção de Almofala.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto n.º 21996, de 17-12-1932.



Mosteiro de Santa Maria de Aguiar

12. Mosteiro de S. Pedro de Arouca. Feminino. Concelho de Arouca, Distrito de Aveiro. Parece ter sido fundado no início do século VIII pelos nobres visigodos Leoderic e Wandrille. Teve como patronos iniciais S. Pedro e S. Paulo, que conservou quando passou a integrar a Ordem de S. Bento em data ainda não determinada ao longo dos séculos XI e XII. Em meados do séc. XIII está filiado na Ordem de Cister. Foi neste mosteiro que deram entrada três das filhas

de D. Sancho I, Teresa, Sancha e Mafalda, tendo a última ficado sepultada em S. Pedro de Arouca. Foi um dos mais ricos da Ordem de Cister. Sofreu profundas obras no séc. XVIII, tendo intervindo nesta campanha o arquitecto Carlos Gimac. Ao longo da sua história o mosteiro foi destruído por incêndios: 1550, 1725, 1932. A última monja, D. Maria José de Gouveia e Meneses, morreu em 1886, tendo o edifício passado para a posse do Estado e alguns dos seus antigos bens móveis encontram-se no Museu de Arte Sacra. Em 1990 foi cedido à Câmara Municipal. Foi por diversas vezes restaurado pela DGEMN (1936, 1938, 1943, 1944, 1948, 1950/54, 1954-68. Adaptação a Instituto Salesiano, 1958-64, 1967, 1970, 1976; 1980-82: recuperação e valorização geral, arranjo da entrada do Museu). Realce para o coro, claustro e cozinha.

Acesso: Av. 25 de Abril/Largo de Santa Mafalda.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto de 16-6-1910. ZEP: D. G., 2ª série, n.º 164, de 15-7-1960. A classificação inclui o túmulo de Santa Mafalda, filha do rei D. Sancho I.

13. Mosteiro de S. Paulo de Frades ou de Almaziva. Masculino. Concelho e Distrito de Coimbra. Foi suprimido aquando da criação do Colégio do Espírito Santo (séc. XVI). Restabelecido anos depois, mas sem função de mosteiro. Abandonado depois de 1834. Em 1983 foi efectuada uma reparação geral da igreja pela D.G.E.M.N.



Mosteiro de Santa Maria de Celas

14. Mosteiro de Santa Maria de Celas. Feminino. Concelho e Distrito de Coimbra. Foi fundado durante a segunda década do séc. XIII, por D. Sancha, filha do rei D. Sancho I, tendo recebido grandes doações daquele monarca. O seu fim ocorreu em 1883 com a morte de D. Maria Felismina, última religiosa daquela instituição. De seguida o mosteiro



caiu em abandono, tendo o prof. H. A. Gonçalves, em 1885, iniciado uma campanha pela sua salvaguarda. Numa das alas do antigo mosteiro funciona actualmente o Hospital Pediátrico.

Acesso: Largo de Celas, Santo António dos Olivais, Coimbra.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto de 16-6-1910. ZEP: D. G., 2ª série, n.º 17, de 9-1-1960.



Mosteiro de S. Mamede e S. Paio de Lorvão

15. Mosteiro de S. Mamede e S. Paio do Lorvão. Feminino. Concelho de Penacova, Distrito de Coimbra. A fundação deste mosteiro parece remontar ao séc. VIII ou mais provavelmente ao séc. IX. No decorrer do séc. XI passou a adoptar a Ordem de S. Bento, até ao reinado de D. Sancho I, altura em que passou a ser habitado por monjas cistercienses, por influência de Teresa, filha do monarca, não sem algum conflito entre as duas ordens monásticas. A última religiosa, D. Luísa Madalena Tudela, morreu em 1887. De salientar o claustro do séc. XVII, a igreja do séc. XVIII e o recheio. Foi objecto de uma campanha de restauro, em finais dos anos cinquenta, pela DGEMN (Vid. *Boletim da DGEMN*, n.º 99, Março de 1960). Actualmente funciona como hospital psiquiátrico e centro paroquial.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto de 16-6-1910. ZEP: D. G., 2ª série, n.º 269, de 18-11-1960. A classificação compreende os túmulos de Santa Teresa e Santa Sancha.

16. Mosteiro de Santa Maria de Ceíça. Masculino. Concelho de Figueira da Foz, Distrito de Coimbra. Fundado em 1175 por D. Afonso Henriques através da doação de terras, esteve inicialmente ligado à Ordem de S. Bento. Em 1195 arrancaram as obras por iniciativa de D. Sancho I que o ligou à Ordem de Cister, com monges vindos de Alcobaça. Reconstituída em 1602. É um templo octogonal envolto por colonata.

Acesso: Situa-se a 15 Km a sudeste da Figueira da Foz, Marinha das Ondas.

Classificação: Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 251/70, de 3-6.

17. Mosteiro de Santa Maria de Almofter. Feminino. Concelho e Distrito de Santarém. Fundado em 1287, por Sancha Pires. Igreja de três naves com cinco tramos e arcos ogivais, abrindo lateralmente por um portal gótico. Refeitório quinhentista, desde o séc. XIX pertença da Coudelaria Nacional. Actualmente ocupado pela Estação Zootécnica Nacional. Foi elaborado e aprovado, em 1995, um Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Almofter: "Na zona do mosteiro, claustro e largo fronteiro, propõe-se a sua valorização, não só através da recuperação dos edifícios que a integram, mas também com a inclusão de novas funções que a vivifiquem e de certa forma a rentabilizem" (*Plano de Pormenor*).

Acesso: Situa-se a 15 Km de Santarém, Freguesia de Almofter.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto n.º 6644, de 27-5-1920.



Mosteiro de Santa Maria de Almofter



Mosteiro de Santa Maria de Cós

18. Mosteiro de Santa Maria de Cós. Feminino. Concelho de Alcobaça, Distrito de Leiria. Fundado no séc. XIII por disposição testamentária de D. Sancho I, viria a adaptar-se a mosteiro das bernardas no séc. XVI. Destacam-se a porta manuelina de acesso ao coro, os caixotões pintados do tecto e os azulejos do séc. XVII que revestem as paredes. Os edifícios monásticos são actualmente pertença de particulares e encontram-se muito arruinados.

Acesso: Situa-se a 10 Km a norte de Alcobaça.

Classificação: Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 35443, de 2-1-1946.



Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça - Refeitório

19. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Masculino. Concelho de Alcobaça, Distrito de Leiria. Foi a principal Casa da Ordem de Cister em Portugal, datando a sua fundação de 1152. O conjunto abacial, que se estruturou seguindo o modelo do gótico cisterciense, foi sendo ampliado e transformado até ao séc. XVIII. Possui a maior nave das igrejas portuguesas. Incendiado e pilhado em 1812 pelas tropas francesas, e em 1833 durante a guerra civil. Extinto e integrado nos Bens Nacionais, o seu património móvel (livros, obras de arte, alfaia religiosas) pode hoje encontrar-se, nomeadamente, no Arquivo da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional

e Museu de Arte Antiga. Parte do conjunto monástico encontra-se aberto ao público, funcionando noutras alas instituições assistenciais. Entre 1980 e 1982 foram efectuadas obras de adaptação a Museu do IPPAR. (Vid. Texto de Maria Vlachou) Decorre actualmente a elaboração de um projecto de recuperação e valorização do imóvel, incluindo sondagens arqueológicas.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto de 10-1-1907; Decreto de 16-6-1910. A classificação inclui os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro. ZEP: D. G., 2ª série, n.º 190, de 16-8-1957. Classificado pela UNESCO, em 1985, Património Cultural da Humanidade.

20. Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas. Feminino. Concelho de Loures. Distrito de Lisboa. Fundado por D. Dinis e pela Rainha Santa Isabel em 1294 como pagamento de promessa de salvamento do rei quando atacado por um urso, durante uma caçada em Belmonte. Da primitiva construção existem ainda a cabeceira gótica, constituída pela capela-mor e dois absídiolos, todos cobertos por abóbadas de nervuras chanfradas, e os túmulos de D. Dinis e de D. Maria Afonso, ambos góticos. O corpo da igreja é posterior ao terramoto. Possui dois claustros, do séc. XVI, apresentando o claustro da Moura arcos chanfrados com capitéis góticos. O mosteiro foi extinto com a morte da última religiosa, D. Bernarda da Encarnação Correia, em 1886. Foi afectado pelo Estado ao Instituto Infante D. Afonso, em 1889, para a educação das filhas de oficiais e sargentos. Funciona ali, desde 1942, o Instituto de Odivelas.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto de 16-6-1910. ZEP D. G., 2ª série, n.º 130, de 1-6-1962.

21. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro. Masculino. Concelho e Distrito de Lisboa. No decorrer de uma reunião que teve lugar em Seiça, os abades cistercienses decidiram fundar um mosteiro na cidade de Lisboa. A autorização de Filipe I veio em 1588 e o terreno foi encontrado em 1590 sendo a primeira pedra colocada em 1591. Após a secularização de 1834 o edifício acolheu diversos regimentos militares. Actualmente funciona ali o Hospital do Desterro.

Acesso: Rua Nova do Desterro, ao Intendente, Lisboa.

22. Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré ou da Esperança. Feminino. Concelho e Distrito de Lisboa. Fundado em 1653. A última religiosa, D. Carolina



Augusta de Castro e Silva, foi transferida para Odivelas em 1850, sendo o edifício sucessivamente arrendado, até que Joaquim Lopes Câmara o adquire e aí instala o Colégio de Nossa Senhora da Conceição. Sucedem-se as ocupações, incluindo a instalação do Liceu Politécnico Particular e funcionando o espaço da antiga igreja como cinema, sala de espectáculos, sede de filarmónica, etc. Actualmente, propriedade municipal, serve como habitação a várias famílias e é sede de associações culturais. Estão previstas obras de beneficiação no imóvel.

Acesso: Rua da Esperança, Bairro da Madragoa, Freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa.

Classificação: Valor Concelhio.



Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição ou de São Bernardo de Portalegre

23. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição ou de São Bernardo de Portalegre. Feminino. Concelho e Distrito de Portalegre. Foi fundado em 1518 e a

igreja sagrada no ano de 1572. Existem dois claustros que pertenceram ao mosteiro cisterciense fundado no séc. XVI. O primeiro é um vasto quadrilátero ajardinado. Ao centro existe uma fonte de granito já do séc. XVII. O claustro, de dois andares, tem quatro arcos duplos de cada lado, separados exteriormente por contrafortes de cantaria aparelhada. O segundo claustro é de configuração idêntica, embora de menores dimensões. As abóbadas dos claustros têm nervuras moldadas, assentes sobre mísulas cilíndricas trabalhadas. Com a morte da última religiosa, D. Francisca de Paula da Costa Murta, com a idade de 100 anos, em 1874, foi aí instalado, em 1879, o Seminário da diocese de Portalegre e numa outra ala do mosteiro, entre 1880 e 1887, o Liceu. Em 1910 o Seminário foi expulso do edifício, passando a ser utilizado pela administração militar. Serve actualmente como quartel da G.N.R.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto n.º 30762, de 26-9-1940; Decreto n.º 32973, de 18-8-1943. ZEP: D. G., 2ª série, n.º 117, de 18-5-1957.

24. Mosteiro de S. Bento de Cástris. Feminino. Concelho e Distrito de Évora. Fundado em 1274, teve a igreja consagrada em 1328 e profundamente alterada por D. Manuel. É de uma só nave coberta por tecto artesoado ogival e bocetes dourados. De salientar o claustro dos séculos XIII/XV. Foi extinto em 1890, com a morte da última religiosa, D. Maria Joana Isabel Baptista. O património artístico foi incorporado nas colecções do Estado. Em 1950-53 e 1955-57 foram efectuadas obras de adaptação a Casa Pia, funcionando desde então como Orfanato.

Classificação: Monumento Nacional: Decreto n.º 8118, de 29-6-1922. ZEP: D. G., 2ª série, n.º 210, de 6-9-1962.

25. São Bernardo de Tavira. Feminino. Concelho de Tavira, Distrito de Faro. Fundado em 1509 pelo rei D. Manuel I. Com a extinção, as monjas foram transferidas para Faro, mas regressaram em 1836. Desconhece-se o ano da morte da última religiosa. Como elementos notáveis, possuía um belo portal manuelino e um claustro de dois andares. As ruínas do mosteiro - durante muito tempo integradas numa fábrica de tratamento de cortiça - encontram-se perto do Campo da Atalaia, com excelente localização natural.

Para saber mais:

I. OBRAS DE CARÁCTER GERAL E INVENTÁRIOS

- A.A. V.V., *Tesouros artísticos de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1976;
- COCHERIL, D. Mauro, *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1978;
- GUSMÃO, Artur Nobre de, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa, 1956;
- DUBY, George, *S. Bernardo e a arte de Cister*, Lisboa, Asa, 1997;
- Inventário do Património Arquitectónico (I.P.A.)*, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.),
Endereço Internet: <http://www.monumentos.pt>
- Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, 3 vols., Lisboa, I.P.P.A.R., 1993;
- PRESSOUYRE, Léon, *Le rève cistercien*, Paris, Galimard, 1994;

II. PROBLEMAS INSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS

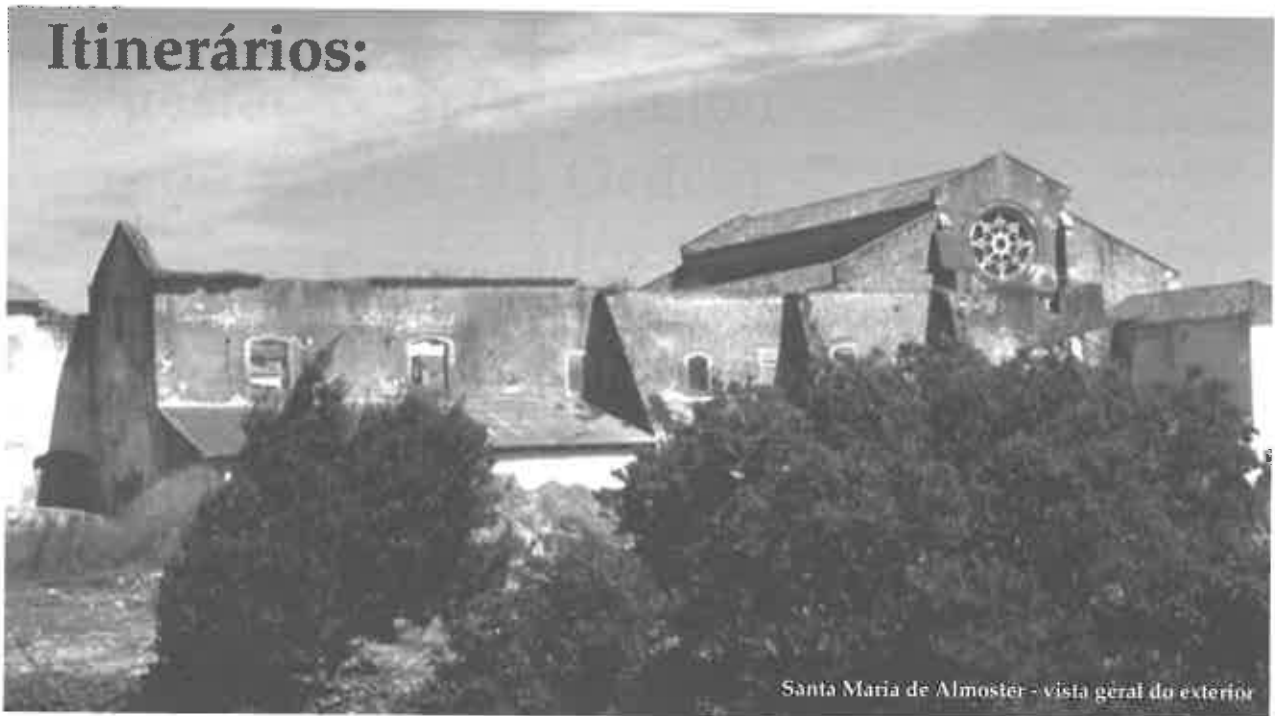
- CASTRO, Armando de, "Bens Nacionais", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa: Figueirinhas, 1989, pp. 332-334;
- MATTOSO, José, "Ordem de Cister", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Figueirinhas, 1989, pp. 72-73;
- NETO, Victor, "O Estado e a Igreja", in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. V (dir. L. Reis Torgal e J. Lourenço Roque), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 265-283;
- OLIVEIRA, Pde. Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Europa-América, 3ª ed., 1994;

III. MONOGRAFIAS E ROTEIROS

- BORGES, Nelson Correia, *O Mosteiro de Lorvão*, EPARTUR, Coimbra, 1982;
- BUCHO, Domingos Almeida, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, estudo histórico - arquitectónico. Proposta de recuperação e valorização do património edificado*, Portalegre, Ed. do autor, 1995;
- CONDE, Maria Antónia, *Mosteiro de S. Bento de Cástris*, Tese de Mestrado (texto policopiado), U. de Évora, 1995;
- COSTA, M. Gonçalves da, *Convento de São João de Tarouca. Roteiro*, s/l, 1987;
- COUTO, João, *O Convento de Santa Maria de Aguiar de Riba-Côa*, Porto, 1927;
- DIAS, Pedro, *O Mosteiro de Arouca*, EPARTUR, Coimbra, 1980;
- FERREIRA, Maria Augusta Trindade, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª ed., Lisboa, 1987
- MARTINS, J. Canário, *Guia turístico do Convento de Santa Maria de Aguiar*, 2ª ed., Castelo Rodrigo, 1985;
- SILVA, José Manuel Azevedo e, *Mosteiro de Celas*. Coimbra, s/d
- SOUSA, Cristina André de Pina e GOMES, Saúl António, *Intimidade e encanto. O Mosteiro cisterciense de Santa Maria de Cós*, Leiria, I.P.P.A.R., 1998;
- TEIXEIRA, Francisco, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, Santarém, C. M. de Santarém, 1992



Itinerários:



Santa Maria de Almoester - vista geral do exterior

Itinerário 1

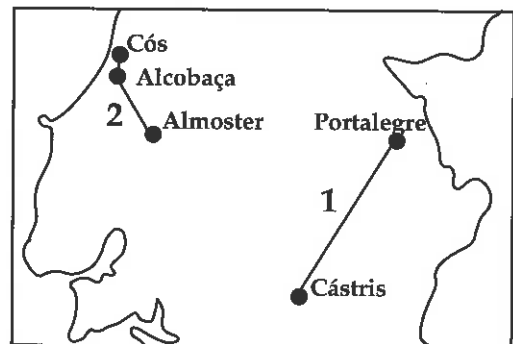
S. Bento de Cástris

- Importante
- claustro (séc. XIII-XVI)
 - sala do capítulo (séc. XIV)
 - azulejos com cenas da vida de S. Bernardo (séc. XVIII)

S. Bernardo de Portalegre

- Importante
- claustros, sala do capítulo (séc. XVI)
 - azulejos historiados (séc. XVIII)

- Imprescindível
- Túmulo do fundador do Mosteiro, o Bispo D. Jorge de Melo (séc. XVI), geralmente atribuído a Nicolau Chanterenne



Itinerário 2

Santa Maria de Almoester

- Importante:
- Exterior - claustro medieval e sala do capítulo (séc. XIV)
 - Interior - ponte medieval e aqueduto
 - conjunto de talha e azulejaria

- Imprescindível
- Escultura de Cristo crucificado (séc. XIV)
 - Sino medieval (séc. XIII)

Santa Maria de Alcobaça

- Importante
- todo o conjunto monástico pela qualidade e dimensões da parte medieval que ainda subsiste na quase totalidade

- Imprescindível
- Túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro (séc. XIV)
 - Ladrilhos primitivos (séc. XIII)
 - Capela do relicário (séc. XVII)
 - Grupo escultórico da Morte de S. Bernardo (séc. XVII)

Santa Maria de Cós

- Importante
- Azulejos com cenas da vida de S. Bernardo (Sacristia, séc. XVIII)
 - Painéis pintados da cobertura em madeira da nave da igreja e do coro das monjas (séc. XVII)



Itinerário 3

Santa Maria de Celas

- Importante - Igreja de planta circular (séc. XVI)
- Pintura e escultura (séc. XVI)

Imprescindível - Claustro gótico com capitéis excepcionais (séc. XIV)

S. Mamede de Lorvão

- Importante - arquitectura monástica
Imprescindível - Claustro (séc. XVI)
- Cadeiral e grade do coro (séc. XVIII)
- Túmulos em prata de D. Sancha e de D. Teresa (séc. XVIII)
- Caixa do órgão (séc. XVIII)



Itinerário 4

S. Pedro de Arouca

- Importante - Museu de arte sacra
Imprescindível - Díptico - relicário em prata dourada (séc. XII)
- Cadeiral e órgão (séc. XVIII)

Santa Maria de Salzedas

- Importante - Arquitectura monástica (séc. XVIII)
Imprescindível - Vestígios da abadia velha (séc. XII)

S. João de Tarouca

- Importante - Arquitectura românica dos cistercienses (séc. XII)
Imprescindível - Túmulo de D. Pedro de Barcelos (séc. XIV)
- Pinturas do séc. XVI

Santa Maria de Aguiar

- Importante - Arquitectura românica dos cistercienses (séc. XII)
- Sala do capítulo (séc. XIV)



S. Pedro de Arouca - Cadeiral

Itinerário 5

Santa Maria do Bouro

- Importante - Adaptado a Pousada

Santa Maria das Júnias

- Importante - Igreja em ruínas e arcadas do claustro (séc. XII)
- Enquadramento paisagístico

Santa Maria de Fiães

- Importante - Arquitectura românica dos cistercienses (séc. XIII)

Santa Maria de Ermelo

- Importante - Ruínas da igreja e do claustro românicos (séc. XII)



Santa Maria de Fiães